

Dados Relativos Ao Trabalho da PJ – Instauração de Processos, Trabalhos de Execução da Lei e Policiamento Comunitário em 2022

Em 2022, a PJ tem trabalhado sob a orientação dos “três conceitos de policiamento”, para além da colaboração na prevenção da epidemia feito pelo Governo da RAEM, a PJ fez grandes esforços para aprofundar as estratégias de investigação orientada pelas informações, a intensificação da aplicação da tecnologia e a conjugação de esforços entre polícia e população. Além disso, cumpriu com rigor as atribuições conferidas pela lei com vista a garantir a segurança do País e da RAEM, verificou-se assim um aumento da eficácia do trabalho.

A PJ persistiu no conceito geral da segurança nacional como base fundamental para realizar o trabalho de defesa da segurança do Estado. Ao longo do ano transacto, com a liderança da Comissão de Defesa da Segurança do Estado e dos superiores hierárquicos, a PJ colaborou ao máximo com os serviços congéneres da China continental, da RAEHK e da RAEM, aperfeiçou o trabalho de execução da lei da defesa da segurança nacional e concluiu com sucesso várias tarefas importantes, o que contribuiu para a salvaguarda da tranquilidade da sociedade de Macau perante o impacto da epidemia, da desaceleração económica e da complexidade e turbulência da conjuntura de segurança interna e externa.

Neste ano, o sistema do estado de direito da segurança nacional tem melhorado progressivamente, a revisão da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado” foi realizado de forma ordenada, com grande apoio da sociedade. Com a entrada em vigor do “Regime Jurídico da Intercepção e Protecção de Comunicações”, criou-se um suporte jurídico importante para o melhoramento da técnica de execução da lei. Com o melhoramento constante do mecanismo de execução da lei e do sistema de gestão, aumentou também a capacidade da defesa da segurança do Estado, para dissuadir e combater infiltrações, interferências e a sabotagem de forças externas, o que possibilitou uma prevenção perspicaz e a neutralização proactiva dos factores de risco, para salvaguardar a segurança do País, bem como a estabilidade da RAEM.

Com a liderança da Comissão para a Cibersegurança, a protecção da cibersegurança de Macau progrediu estavelmente. No ano transacto, o Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC) emitiu 147 alertas às infraestruturas críticas e recebeu 49 informações sobre incidentes de cibersegurança, o que corresponde a um aumento de 1,4% e uma diminuição de 22,2%, respectivamente, em relação ao ano anterior. Para enfrentar o ambiente sério e complexo da cibersegurança, no ano passado o CARIC iniciou o processo de actualização e transformação do sistema, para aprimorar, de forma abrangente, a capacidade de alerta e detecção, prevê-se que este esteja concluído em 2023. Acelerou-se a criação de uma equipa profissional para estabelecer um mecanismo de formação de elementos especializados em

cibersegurança. Além disso, colaborámos com as diversas entidades de supervisão de todos os sectores no intuito de melhorar o sistema de protecção da cibersegurança junto dos operadores de infra-estruturas críticas. Foram realizados fóruns específicos de cibersegurança para os operadores, fornecemos listas de endereços IP perigosos e a análise dos riscos na cibersegurança, de modo a colmatar as lacunas na cibersegurança interna. Em colaboração com a Polícia de Hong Kong realizou-se a acção de formação “*Cyber attack and defence elite training*” no intuito de aprofundar constantemente a sensibilização e educação acerca da cibersegurança.

Com a liderança dos superiores hierárquicos e dos órgãos judiciais, a PJ continua a cumprir, de forma eficaz, as atribuições legais de prevenção e combate à criminalidade, defesa da justiça, salvaguarda do estado de direito e protecção da segurança pessoal e patrimonial da população. Ao longo de 2022, foram instaurados 8.612 processos criminais, registou-se assim uma descida de 10,1% relativamente ao ano anterior. Entre estes, 4.470 foram inquéritos e denúncias, o que representa uma redução de 9,1%. O número total dos processos concluídos foi de 8.508, correspondente a uma queda de 9,5% face ao ano anterior e o número de indivíduos presentes aos órgãos judiciais foi de 1.265, o que corresponde a uma diminuição de 30,9%. Devido ao severo impacto da epidemia de Covid-19 em Macau na segunda metade de 2022, as actividades sociais estiveram relativamente estáticas e ao mesmo tempo a PJ implementou cuidadosamente a prevenção criminal, disso resultou a descida do

número de casos.

No âmbito da criminalidade violenta, em 2022 foi registado 1 caso de homicídio, 1 caso de ofensas graves à integridade física e nenhum rapto. Quanto ao crime de fogo posto, registaram-se 31 casos, o que representa uma descida de 38% face ao ano anterior. A PJ tem efectuado acções de sensibilização *in loco* com o sector de gestão predial, no ano passado foram realizadas 57 acções deste género e contactadas mais de 6.000 famílias, o que reduziu a ocorrência de incêndios por negligência. Houve 11 casos de roubo e 272 de furto, o que representa descidas de 59,3% e 33,2%, respectivamente, isto também graças ao aumento dos patrulhamentos específicos para reduzir os crimes derivantes da depressão económica. Registaram-se 136 casos de extorsão, que traduz uma subida de 38,8%, foi principalmente pelo aumento do crime de extorsão por “*nude chat*”. Em suma, os crimes mais relevantes mantiveram ainda em tendência de baixa ocorrência ou próxima do zero em 2022, assim a segurança da comunidade e o bom ambiente foram plenamente garantidos.

Em 2022, foram instaurados 965 processos referentes a crimes relacionados com o jogo, significa uma descida de 29,7% face ao ano anterior. Os casos relativos à agiotagem para jogo, ao sequestro resultante de agiotagem para jogo, bem como à burla e ao roubo derivados de “troca ilegal de dinheiro” caíram todos em relação a 2021 devido principalmente à diminuição de turistas

e de actividades do jogo. O Centro de Coordenação de Crimes Relacionados com o Jogo, na dependência da PJ, e o mecanismo de controlo mediante investigadores destacados nos casinos continuam a funcionar 24 horas por dia, bem como realizam-se patrulhas periódicas e aleatórias dentro e fora dos casinos para conter os crimes relacionados com o jogo e as actividades ilícitas envolvidas. Mantem-se a cooperação de forma próxima com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ) e as empresas de jogo para realizar inspecções conjuntas em tempo oportuno e criar mecanismos de operações conjuntas para fortalecer o combate aos *websites* falsos que utilizam a denominação das empresas de jogo de Macau. Continua a realizar-se trabalho com o Corpo de Polícia de Segurança Pública e as empresas de jogo para reprimir as actividades de troca ilegal de dinheiro, foram detidos mais de 3500 “burlões da troca de dinheiro” e foram feitas as comunicações de 126 indivíduos à DICJ durante o ano para que fossem tomadas medidas de interdição de entrada nos casinos. A par disso, a PJ deu muita atenção à ocorrência de “burlas com notas falsas” e melhorará o respectivo combate e as acções de sensibilização. Realizaram-se 6 sessões de “Workshop sobre prevenção de crimes ligados ao jogo”, nas quais foram transmitidas informações a 277 pessoas desta área para promover a cooperação entre polícia e população na prevenção dos crimes relacionados com o jogo. Com a entrada em vigor do novo “Regime da actividade de exploração de jogos de fortuna ou azar em casino” e dos respectivos diplomas complementares, o combate intensivo a grupos ilegais de jogos, bem como o lançamento do trabalho

legislativo sobre “Combate ao crime de jogo ilícito”, irá haver um desenvolvimento saudável do sector do jogo em Macau e haverá uma poderosa ferramenta legal para a prevenção e combate aos crimes relacionados com o jogo. Este ano marca o início de uma nova fase do desenvolvimento do sector do jogo em Macau, e com base numa boa cooperação com os respectivos serviços públicos, a PJ irá empenhar-se em cumprir a responsabilidade de defender a segurança nacional e regional deste sector.

A PJ combateu fortemente os crimes ligados a estupefacientes assim como nos anos anteriores. Em 2022, foram instaurados 44 processos de tráfico e 11 de consumo de droga, o que corresponde a uma descida de 27,9% e 15,4%, respectivamente, a taxa manteve-se, portanto, baixa. A PJ tem seguido o conceito da investigação criminal orientada pelas informações, efectuando investigação rigorosa aos crimes relacionados com a droga, no ano passado, resolveram-se 10 casos de tráfico de droga por encomenda, foram descobertos abrigos de plantação de cogumelos alucinógenos e de canábis, o que demonstra a eficácia do nosso trabalho. Continuam a melhorar as acções de luta aos novos tipos de droga, tentando que haja coerência com as proibições, em termos de substâncias, com o resto do mundo, estamos a acompanhar de perto a situação das regiões vizinhas no âmbito do controlo de canabidiol (CBD) com visão para o futuro e planeamento, para evitar que os novos de tipos de droga prejudiquem Macau. Atendendo à implementação plena do levantamento das restrições (isenção de quarentena) para a passagem das fronteiras e os voos

internacionais a serem retomados de forma regular, a PJ está muito atenta ao transporte de droga em bagagens, transporte de droga em corpo humano, entre outros métodos que poderão voltar a surgir, por isso, irá intensificar os controlos através dos mecanismos de combate à droga das “seis autoridades das três jurisdições” de Guangdong, Hong Kong e Macau e meios de troca de informações a nível internacional e regional com vista a dar resposta a esse tipo de criminalidade que tende a ser diversificado e complexo.

Ao longo dos três anos de epidemia, o crime informático tem tido a tendência a aumentar com esquemas dissimulados e diversificados, neste sentido, a PJ actualiza permanentemente as suas políticas e medidas com vista a dar uma resposta pragmática a esse tipo de problemas. No ano transacto, foram instaurados 1.411 inquéritos de crime informático, com uma descida de 15,8%, em comparação com o ano anterior, a primeira queda registada desde 2018, acredita-se que isso tinha a ver com a eficácia de todas as medidas preventivas e o melhor sentido de prevenção criminal da população que tem vindo a aumentar, de entre estes, as burlas informáticas com “furto de dados do cartão de crédito para compras *online*” diminuíram notoriamente, houve uma diminuição de 73,8%, em relação ao ano anterior. Contudo, as burlas cibernéticas continuam a subir, registaram-se 610 casos em 2022, o que representa um aumento de 17,5%, em relação ao ano anterior, as burlas que envolvem compras *online*, armadilha de serviços pornográficos (golpe de falso “*enjo kosai*”) registaram um aumento relativamente notório, ainda nesse ano,

surgiram também novos *modus operandi*, nomeadamente as encomendas, “aumentar o registo das encomendas para obter comissão” o que causou um enorme prejuízo não só para os residentes como para as lojas. A par disso, registaram-se 87 casos de extorsão através de “*nude chat*”, um aumento de 35,9% em termos anuais. O número deste tipo de crime tem vindo a crescer vertiginosamente desde 2020, acredita-se que as redes sociais tornaram-se ainda mais utilizadas durante a pandemia, a PJ já se adaptou com estratégias de resposta, reforçando, em particular, as acções de prevenção. Além disso, no ano passado foram registados 112 casos de burlas telefónicas, um aumento de 25,8%, face ao ano anterior, tem-se reparado que o número desse tipo de crime voltou a crescer desde 2020, isso demonstra que existe um relaxamento a nível de cuidado por parte da população perante as novas burlas que surgiram durante a pandemia, nomeadamente aqueles que se fingem funcionários dos serviços de saúde e de prevenção epidémica.

Frente a nova conjuntura da criminalidade informática e das burlas, no ano passado a PJ recorreu a diferentes meios para melhorar os mecanismos antiburla, para que a população tenha uma protecção ainda maior. A par disso, prosseguiu a colaboração com o sector bancário para que haja alertas para as transferências suspeitas e com as autoridades policiais estrangeiras na cessação imediata de pagamento dos esquemas fraudulentos transfronteiriços, por meio dessas duas medidas, no ano passado, conseguiu-se bloquear 26 casos, que envolviam cerca de 3,7 milhões de patacas, supostamente relacionados com

burlas. As novas medidas antiburla e anticrime, lançadas no ano passado, alcançaram os resultados esperados, nomeadamente o “alerta para transacções suspeitas *online*” e o “alerta sobre contas envolvidas nas burlas”, desde que foram lançadas no passado Outubro funcionaram satisfatoriamente, o que deu mais um passo no melhoramento do actual mecanismo. Desde Julho, obtida a aprovação dos órgãos judiciais, a PJ intensificou a troca de informações sobre casos de burla telefónica com os operadores de telecomunicações, que após investigação entrou, por iniciativa própria, em contacto com 366 pessoas que receberam chamadas fraudulentas para persuadi-las e sensibilizá-las sobre este tipo de crimes, e prestou apoio a duas delas que foram vítimas. Face ao aparecimento dos casos fraudulentos de procura de emprego no Sudeste Asiático, a PJ organizou oportunamente e desenvolveu, de forma abrangente, acções preventivas de burla, para poder proteger eficazmente a segurança da população. Desde Novembro, voltámos a lançar avisos anticrime relacionados com cartões de pontos, em colaboração com as lojas de conveniência, para bloquear os canais usados pelos criminosos para receber dinheiro das burla e das extorsões. Durante o ano, estabelecemos canais de comunicação com os sectores do jogo e da logística para transmissão de mensagens de prevenção criminal, com os quais melhoraram-se rapidamente a eficiência e a cobertura das propagandas de sensibilização, estamos ainda a estudar a possibilidade de extensão a todos os sectores. Nesse ano, foram desenvolvidos a imagem vivaz e atractiva da “Abelhinha esperta contra a burla”, que nos possibilitou continuar a melhorar e a inovar as formas de prevenção das burla, combinando acções

online e offline, em busca de um melhor trabalho de sensibilização da população, no âmbito de prevenção criminal, e para que todos os sectores estejam atentos aos novos *modus operandi*.

Nos últimos anos, os crimes do foro sexual têm a tendência para aumentar, em particular, aqueles que envolvem jovens que não atingiram a idade de imputabilidade penal e que foram transferidos para o Ministério Público no ano passado, e esta questão merece a atenção de todos. A PJ actualizou as estratégias para proteger os menores das ofensas, face ao aumento de casos de abuso sexual e de importunação sexual nas crianças, a PJ reforçou a cooperação com os sectores da educação e dos serviços sociais e continua a promover nas escolas acções de sensibilização sobre prevenção criminal, para melhorar o sentido de autoprotecção e de cumprimento da lei entre os jovens e para que os trabalhadores do sector tenham sensibilidade e capacidade para lidar com esses casos. Continua ainda a intensificar-se a troca de informações com as autoridades policiais do exterior, acompanhando cuidadosamente e aprofundando as investigações para conter a propagação de conteúdos indecentes que envolvem menores.

A cooperação policial transfronteiriça aprofundou-se progressivamente ao longo do ano passado, a PJ em colaboração com as autoridades policiais do continente e de Hong Kong resolveu vários casos de droga, crime informático, burla, jogo ilegal, usura, controlo da prostituição, branqueamento de capitais e

acolhimento da imigração ilegal, como o caso do homicídio que envolvia dois cadáveres, que foi resolvido rapidamente com o apoio de várias províncias e cidades, um caso que envolvia uma rede de exploração da prostituição que actuava ao longo de dez anos e que foi resolvido com a colaboração de Zhuhai e finalmente, os casos resolvidos nas operações conjuntas anticrime Hong Kong-Macau “*Deferscheme*” e “*Polardawn*” que obtiveram excelentes resultados. Para além disso, no ano passado, a polícia do continente entregou-nos seis fugitivos residentes de Macau, portanto, o trabalho policial inter-regional continua a avançar. Hoje em dia, a situação da epidemia já não constitui um obstáculo para a cooperação e intercâmbio regional policial, a PJ vai fazer esforços no aprofundamento do mecanismo de cooperação policial com diversas partes, de modo abrangente, para garantir a colaboração no desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau.

A PJ, como habitualmente, persiste na concretização do conceito “trabalho policial orientado para resolver os problemas da comunidade e a procura do apoio da comunidade ao trabalho policial”, escuta, analisa e responde, de forma humilde, séria e eficaz, às opiniões construtivas acerca das acções policiais, formuladas pelos diversos sectores da sociedade, que fazem com que a polícia e a população colaborem em impulsionar constantemente a reforma do modelo de policiamento de proximidade. No ano passado, a PJ colaborou ininterruptamente, não apenas com os participantes dos programas “Rede de comunicação com as escolas”, “Amigos da prevenção criminal na área da

habitação” e “Amigos da prevenção criminal para mulheres”, mas também com diferentes associações cívicas e grupos profissionais, resolvendo com rapidez problemas de segurança pública com que se preocupavam as pessoas. Continua também a realizar os projectos “Guia juvenil para combater o crime” e “Líder juvenil de segurança comunitária”, transmitindo de geração em geração a cultura de prevenção criminal, para consolidar o fundamento da futura segurança da cidade; promove progressivamente acções educativas, *online* e *offline*, sobre prevenção do crime, aproveitando a vantagem exclusiva dos novos media para divulgar mensagens, inseriu-se também a mascote “Abelhinha esperta contra a burla” nos elementos publicitários, no sentido de desencadear, de forma mais alargada e profunda, acções de sensibilização para a prevenção criminal. Para além disso, valorizamos e mantemos uma boa relação com a imprensa, para satisfazer atempadamente as suas necessidades a nível de conhecimentos dos acontecimentos e aumentamos a transparência do nosso trabalho, esforçando-nos por aprofundar o apoio e a confiança que o público têm na PJ.

Ao longo dos três anos passados, especialmente, no segundo semestre de 2022, por causa da epidemia e da consequente redução dos visitantes, o número dos processos instaurados na PJ foi relativamente baixo. Devido à mudança da conjuntura, prevê-se que haja em 2023 uma subida no número dos casos criminais. Para tal, a PJ está sempre atenta e preparada para as eventualidades, bem como continua a avaliar o impacto da recuperação da indústria turística

para a segurança pública e analisará a situação geral da comunidade durante os feriados do Ano Novo Lunar, com vista a antecipar a conjuntura, preparar-se minuciosamente e aumentar a capacidade de coordenação, para manter a sociedade sempre segura e estável.

À medida que Macau tem vindo a incrementar a sua participação no desenvolvimento global do País e implementar ordenadamente a estrutura “1+4” para o desenvolvimento adequado e diversificado das indústrias, juntamente com a próxima revitalização do sector de turismo e jogo, a sociedade e a economia de Macau entrarão num novo período de desenvolvimento. Dado que a segurança é a base e a garantia do desenvolvimento, a PJ, sob a liderança dos superiores hierárquicos, implementará plenamente o espírito consagrado no relatório do 20.º Congresso Nacional e persistirá na concretização do “conceito geral de segurança nacional”, integrando a defesa da segurança do Estado em todas as acções policiais, tomando, também, a iniciativa de melhorar o sistema legal e a capacidade de protecção nesta área, elevará o nível da gestão da segurança e aperfeiçoará o sistema de administração da sociedade. Além disso, a PJ aproveitará da revisão da “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, para dar apoio e encaminhar o trabalho desta área para uma nova etapa, no sentido de garantir a segurança nacional, a estabilidade social e o bem-estar da população.